

A Pertinência do Papel do Diretor de Turma no Nosso Contexto Escolar

“Vivemos, homens que somos, sem pensar? Mas isso seria pormos entre parêntesis nem mais nem menos que a nossa qualidade essencial de homem. Pois o homem é precisamente, como disse Descartes, uma coisa que pensa.”

M. Ferreira Patrício

Resumo

Esta apresentação, visa dar a conhecer, fora do âmbito da apresentação final do trabalho de mestrado, os resultados obtidos com este estudo que teve como objetivo investigar o reconhecimento e a relevância do papel do Diretor de Turma enquanto gestor intermédio para os alunos, os encarregados de educação e para os próprios, tendo em conta a interface inter-relacional em que a função se desenvolve.

Este trabalho teve como pressupostos de base a convicção de que a Educação é um fenómeno complexo que, para além de outras, mobiliza dimensões sociológicas, psicológicas e epistemológicas, além de necessitar, constantemente, de reflexão sobre as suas práticas.

Assim, conscientes de que o papel do Diretor de Turma é de grande importância nas organizações escolares, foi nosso objetivo estudá-lo sob o ponto de vista teórico a partir de uma reflexão na prática e efetuar um estudo empírico do modo como a função é percecionada como elo de ligação entre os Alunos, os Encarregados de Educação e a Escola. Abordamos a figura do Diretor de Turma, enquanto gestor pedagógico intermédio da organização escolar, tendo em conta as atribuições que lhe são consagradas na lei e a forma como os demais parceiros vêm a sua função, em especial numa Escola do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, de acordo com as perspetivas/representações dos próprios atores educativos.

Palavras-chave: diretor de turma, gestor pedagógico intermédio, organização, escola.

Introdução

Quando durante o curso de mestrado em “Avaliação Educacional” foi-nos pedido que escolhêssemos um tema para um anteprojecto a apresentar no final de uma das cadeiras, surgiu logo a ideia de avaliar o papel do diretor de turma na organização escolar perscrutando a opinião dos encarregados de educação e a dos alunos, o que foi logo aceite pelo docente responsável pela cadeira.

É bem verdade que a ideia para a investigação não surgiu do nada, porque nada surge do nada, como nos diz Favinha “A investigação nasce da interação do sujeito investigador com o real. Desta interação decorre, então, o conhecimento.” (Favinha, 2006, p. 253). Assim como uma simples brisa responde a forças ambientais, nós também fomos conduzidos pelo questionamento que durante os anos todos em que fomos diretores de turma nos sobressaltou: qual a razão de ser do diretor de turma, além da diretriz do ministério. É que, de uma maneira geral, o simples pensar político não foi e não é suficiente, para justificar esta figura de gestão intermédia não contexto escolar, era e é necessário que seja uma vontade de todos, uma necessidade de todos, se não como um todo pelo menos por aqueles que mais diretamente estão associados a essa diretriz. Dessa forma deparava-se com a escola, os professores, os alunos e os encarregados de educação. Uma vez que à escola e aos professores, como tutelados pelo ministério, cabia-lhes acatar as normas e era-lhes mais fácil entender a razão desta nova figura, para os alunos talvez, pelo menos no princípio, essa figura não era assim tão bem assimilada e, mais ainda, para os encarregados de educação, pouco habituados a irem à escola e a terem um horário para serem recebidos e, ainda mais, a terem quem os recebesse e até estivesse à sua espera. E, assim, surgiu o tema “O Diretor de Turma como mediador entre o Conselho de Turma, os Alunos, e os Encarregados de Educação: contributos para a avaliação da Direção de Turma”, o qual segundo Favinha continua atual porque “(...), as dificuldades, relativamente à afirmação da Direção de Turma como um verdadeiro cargo de gestão intermédia, continuam atualmente, provocadas pelos muitos condicionalismos de ordem prática e funcional da Escola ” (Favinha, 2006,p. 146).

A Investigação

Iniciámos por fazer um enquadramento histórico e legal do papel dos professores na escola até à primeira legislação que fala em diretores de turma propriamente nomeados como tal, pois assim como nos diz Canário “Ao nível da mudança educacional, impôs-se uma revisão da escola, entendida como unidade administrativa que prolongava a administração central, para

se passar a encará-la como uma organização social inserida e articulada com o contexto local singular, com identidade e cultura próprias, produzindo modos de funcionamento e resultados educativos muito diferenciados. Deste ponto de vista, o estabelecimento de ensino emerge como uma construção social cuja configuração e funcionamento têm como elementos decisivos a ação e interação dos diferentes atores sociais em presença” (Canário, 2005, p. 53). Dessa forma, o aparecimento da figura do DT no contexto escolar vem auxiliar a escola a se tornar mais presente na vida das famílias dos alunos a partir da figura do EE, o representante legal dos alunos enquanto membros de uma família e de uma sociedade, o que é corroborado por Marques “As atribuições do diretor de turma incidem em duas áreas fundamentais: o relacionamento com os pais e o desenvolvimento pessoal e social dos alunos.” (Marques, 1991, p.5); enquanto Zenhas nos diz que “O DT ocupa uma posição importante na gestão intermédia da escola.” (Zenhas, 2006, p. 13), e Favinha diz-nos que “O Diretor de Turma, no âmbito das competências de coordenação do Conselho de Turma, deve dinamizar a planificação, desenvolvimento e avaliação de todas as atividades a desenvolver em todas as áreas e disciplinas, uma vez que a este órgão cabe pronunciar-se sobre as propostas apresentadas pelos docentes que as lecionam e assumir responsabilidade coletiva sobre todos os atos de cada elemento do órgão do Conselho de Turma.” (Favinha, 2006,p.158).

Posteriormente a todas estas justificações encontradas para o desenvolvimento do tema, tentámos enquadrá-lo dentro dos pressupostos da investigação, pois como nos diz Zenhas “O investigador concentra-se num único fenómeno ou entidade (caso) para desvendar a interação de fatores significativos característicos do fenómeno e faz uma descrição e uma análise intensiva de uma única unidade ou de um sistema limitado.” (Zenhas,2006,p.67).

Nessa altura, passámos para a escolha da técnica de investigação que nos poderia levar a resultados fiáveis sobre o tema proposto tendo sido escolhida uma técnica mista indicada uma de confirmação dos pressupostos: questionário e entrevista, por serem consideradas como as que melhor contribuiriam para dar resposta a uma questão baseada em pressupostos pessoais e de grupo (professores, escola, alunos e encarregados de educação). Estas técnicas (inquérito aos alunos e encarregados de educação das turmas escolhidas) deveriam ser suficientes para coletar os dados necessários à confirmação ou não dos pressupostos bem como a entrevista aos DTs das turmas envolvidas, a qual por uma questão de tempo dos entrevistados optou-se por ser escrita.

Assim, dividimos o nosso trabalho em três grandes partes: Introdução – (1- Breve análise da situação atual; 2- Questão geradora e operacionalização do problema; 3-Design da

investigação; 4- Plano organizativo do trabalho); 1a Parte – Enquadramento Teórico (1- O DT, o aluno, o EE e a Escola; 2- O DT e a organização da direção de turma; 3- A direção de turma na Escola), na qual procuramos clarificar a perspetiva utilizada para o desenvolvimento e consecução deste trabalho; 2a Parte – A Investigação (1- Metodologia de investigação; 1.1- Definição da problemática; 1.2- Justificação das opções; 1.3- A técnica de recolha de dados e os procedimentos utilizados; 1.3.1-Vertente quantitativa: o questionário; 1.3.2- Vertente qualitativa: a entrevista; 1.3.3- Análise de documentos; 2- A apresentação dos dados e a análise dos resultados; 2.1- Dados e a análise dos questionários; 2.2- Dados e a análise das entrevistas; 2.3- Análise dos resultados; 2.4-Discussão dos resultados), quando tentámos aclarar a maneira como a nossa investigação tinha decorrido, como definimos a problemática investigada, a coleta e o tratamento dos dados obtidos, bem como os limites a que nos tivemos de sujeitar para os obter sem comprometimento dos intervenientes nem das informações facultadas pelos mesmos; Conclusão: nesta parte tentámos cruzar as ilações obtidas na análise com o fim único de tornar mais consistentes os resultados encontrados; e Limites da investigação: aqui pudemos alertar para os limites que o nosso trabalho teve por contingências várias que são explicadas a seu tempo.

Devido ao carácter centralizado e hierarquizado do Sistema Educativo Português, o Ministério da Educação (M.E.C./M.E.I.C.), segundo Grácio “ (...) tem de gerir uma situação nova, pela intensidade e extensão, irrompida no mundo escolar, e é coagido a responder a desafios contraditórios: por um lado, acudir a situações de perturbação, atender o caudal de reivindicações; por outro, definir e fazer aplicar, por si ou conjuntamente com as escolas, uma política democrática do ensino” (Grácio, 1981, p.667). Dessa forma, os atores escolares assumem a iniciativa e impõem um modelo de Direção e Gestão das escolas, que o Ministério legitimou através da publicação do Decreto-Lei no221/74, de 27 de Maio. Nele são configurados: o Conselho Diretivo, o Conselho Pedagógico e o Conselho Administrativo. Como não se referem aos Diretores de Turma e aos Conselhos de Turma, estes são praticamente banidos dos órgãos deliberativos da escola, porem as Portarias no 677/77, de 4 de Novembro e no 679/77, de 8 de Novembro regulamentam o funcionamento dos Conselhos Pedagógicos dos Estabelecimentos de Ensino Preparatório e Secundário e definem, pormenorizadamente, a constituição do Conselho de Turma e as atribuições do Diretor de Turma, integrando no Conselho Pedagógico, os representantes dos Diretores de Turma, eleitos no início do ano letivo, de entre os Diretores de Turma em exercício, destacando as áreas de intervenção do Diretor de Turma: articulação com o Conselho Diretivo e o Conselho Pedagógico; articulação

com os alunos e ligação com os pais/Encarregados de Educação. Com o suporte legal do Artigo 7º, do D-R nº 10/99, de 21 de julho, fica devidamente regulamentada a figura e a atuação do DT, todavia este depara-se com um grande problema levantado por Estrela: “(...) como podemos “ler” os sinais que o mundo que nos rodeia está constantemente a enviar-nos? A quê sinais devemos dar importância? Qual a chave para “decifrar” a complexidade de uma realidade em mutação constante? Os rumos da sociedade do futuro poderão ser “previstos” a partir da nossa experiência enquanto cidadãos?” (A. Estrela, 2003, p.67), é nesta abertura ao mundo onde a escola está inserida, através dos seus alunos e dos respetivos EEs que a figura do DT torna-se a mais atualizada e, por isto mesmo, fundamental na organização da escola se esta quiser manter-se essencial na organização da sociedade como um valor acrescentado na sua comunidade, o DT é o elo de ligação mais importante na cadeia sociedade-escola-sociedade.

Considerando que, como nos diz Pacheco, “Conceptualmente, na perspetiva qualitativa de investigação educativa, o objeto de estudo não é constituído pelo comportamento, mas pelas intenções e situações. Mais do que a procura de relações entre um processo e um produto, pretende-se o estudo dos significados e a sua influência na interação didática.” (Pacheco, 1995, p.39) a conclusão do trabalho que contemplou a recolha de dados, por amostragem, através de inquérito aos alunos e aos seus encarregados de educação, procurou sempre como nos diz Favinha “A clareza da linguagem utilizada nas questões foi também preocupação nossa, tentando assim evitar ambiguidades e falta de clareza na interpretação e compreensão das mesmas.” (Favinha, 2006,p.267) e de entrevista aos diretores de turma das turmas envolvidas no inquérito “(...) uma situação de entrevista, é sempre uma situação de interação social particular sujeita a diferentes leituras e avaliações de parte a parte, suscetíveis de introduzir enviesamentos na análise dos dados.” (Favinha, 2006,p.278), percebeu-se pelos dados que a figura do DT é reconhecidamente positiva quer para uns quer para os outros e que o papel de DT é exercido pelos professores com rigor e atenção, objetivando o sucesso das aprendizagens adquiridas pelos alunos e a conclusão da escolaridade obrigatória, acautelando de todas as maneiras legalmente possíveis o abandono escolar. Porém, fica também deste trabalho a verificação de que os encarregados de educação têm receio de emitir a sua opinião quando esta é pedida além da formatação da múltipla escolha, pois houve pouca recetividade às perguntas abertas do inquérito.

Contribuíram para a realização dos inquéritos os alunos de uma turma do 6º ano e uma do 8º ano de uma escola básica do conselho de Évora, bem como os seus encarregados de educação e os seus diretores de turma. É de salientar a disponibilidade demonstrada pela escola na autorização da recolha de dados e dos DTs e, finalmente, dos alunos e EEs. O trabalho foi elaborado entre os anos letivos de 2007/2008 e 2008/2009, visto não ter obtido autorização de licença sabática para a escrita final da tese. Com organização, foi possível ler os textos de embasamento teórico, escrever o texto de enquadramento do trabalho, organizar os inquéritos e aplicá-los, bem como as entrevistas, fazer o levantamento dos dados, registá-los e escrever a sua interpretação e cruzamento e a conclusão a que foi possível chegar.

Conclusão

Desde a iniciação do nosso trabalho para cá pouca coisa se alterou, sendo da responsabilidade do DT os alunos que lhe são confiados e sendo a sua relação caracterizada pela transmissão de valores sociais e de formação (cidadania) e pela organização e empenhamento que demonstra junto do CT (Conselho de Turma), dos EEs e do CE (Conselho Executivo, atualmente Direção de escola ou de Agrupamento), no acompanhamento das tarefas que lhe são atribuídas.

Trazer os EEs à escola informalmente para o acompanhamento mais próximo dos resultados escolares dos seus educandos, os nossos alunos, passou a ser uma maneira de fazer com que a sociedade portuguesa, pouco dada a valorizar a educação e habituada a ver a escola e os professores como algo difícil de atingir, no sentido de alcançar, e compreender, só possível para outros tantos bafejados pela sorte de uma grande cabeça para o estudo, compreendesse que é possível desde que o aluno esteja motivado, atento ao que é ensinado, estude regularmente, não por longos períodos, mas por pequenos espaços de tempo todos os dias e, principalmente, que venha às aulas e não abandone a escola ao primeiro desafio mal sucedido ou às suas regras internas de funcionamento. E, é lógico que entre a direção da escola e os encarregados de educação teria de surgir uma figura intermédia que estivesse em contato com os alunos e professores da turma todos os dias e que além disso pudesse ouvir os funcionários quanto a um comportamento inadequado fora das salas de aula, um professor entre os tantos da turma que desempenhasse o cargo de coordenador daquele conselho de turma: o Diretor de Turma.

Hoje, quando se faz o balanço do rumo que a educação tomou em Portugal nos últimos trinta e oito anos não podemos esquecer que uma parte do sucesso conseguido se deve ao diretor de turma e no caso em que ele não existe, o 1º ciclo, ao fato de os professores terem descido do pedestal em que a sociedade os tinha colocado e se aproximado mais dos EEs, dedicando, também estes, uma hora por semana para recebê-los. Não falo aqui do educador de infância, porque este dado a idade dos seus alunos sempre esteve mais próximo dos encarregados de educação que entram nas salas para irem buscar os seus educandos, e sendo nessa altura abordado pelo educador ou abordando ele mesmo o educador para alguma eventualidade que deva ser acautelada, na maioria dos casos problemas físicos e de desenvolvimento cognitivo que precisam do apoio de técnicos especializados. Atualmente, é também no que diz respeito a despiste de problemas físicos que podem acarretar dificuldades na aprendizagem (visão, audição, coordenação motora, etc.) que os diretores de turma (quando não o fizeram os educadores de infância ou os professores do 1º ciclo) são os primeiros a alertar os EEs para o encaminhamento dos alunos e para o acompanhamento posterior que se faça necessário. É pelo diretor de turma que passam os contatos com o psicólogo da escola ou agrupamento, a articulação com os técnicos do Ensino Especial e o acompanhamento da evolução do aluno ao longo do ano letivo, etc.

Apesar de a educação e os alunos serem um pensamento e um motivo de trabalho constante, não podemos esquecer que assim como os filhos só são dos pais temporariamente, estes, enquanto alunos, só são dos professores mais temporariamente ainda, sendo que tanto pais como professores devem lembrar-se sempre que os filhos/alunos são acima de tudo e principalmente do mundo e é para o mundo que nós temos de prepará-los.

Numa altura em que a família é cada vez mais reduzida e que por força de múltiplas circunstâncias está pouco tempo do dia com os seus filhos, caberá à escola educá-los e formá-los cidadãos competentes, com objetivos positivos e bem estruturados para serem cidadãos responsáveis na sua participação. Assim, é cada vez mais necessária a figura do diretor de turma para fazer a ponte de ligação, difundindo com segurança a mensagem de que a formação científica e a pessoal são de extrema importância na construção de um futuro digno para os seus filhos (educandos) e que este se tornará mais exequível se desde o 1º ano do 1º ciclo responsabilizarmos os alunos para o trabalho de aprender (porque aprender dá trabalho) que só poderá ser divertido se os alunos conseguirem construir as suas bases desde o início e, assim, virem aguçada a sua curiosidade científica.

É preciso, igualmente, desenvolver ou criar condições para que se desenvolva uma atitude de calma ponderação que propicie um trabalho de ensino/aprendizagem eficiente e contínuo, o que ainda não é possível em algumas escolas, muitas vezes dado ao tipo de edifícios em que estão alojadas, onde as salas abrem diretamente para o espaço de recreio, fazendo com que o barulho que chega às salas seja difícil de controlar, até porque as escolas não dispõem de pessoal auxiliar em número suficiente e com formação adequada (a maioria tem apenas bom senso e determinação em fazer bem o seu serviço), além de que a tranquilidade dos alunos para a aula que virá a seguir também é difícil de atingir, pois não há quebra de comportamentos entre o toque e a chegada à sala de aula.

Passados quase três anos da realização do trabalho consideramos como disse Damásio que “A ideia de que as experiências subjetivas não são acessíveis do ponto de vista científico é absurda. As entidades subjetivas exigem, tal como as entidades objetivas, que um número suficiente de observadores façam observações rigorosas, de acordo com o mesmo experimental; e exigem que a consistência dessas observações seja interverificada e que seja passível de medida.” (Damásio, 2000,p.350), pensamos que os resultados do nosso trabalho ainda estão atualizados uma vez que o DT não perdeu a sua razão de ser, pois continua a fazer o levantamento do perfil dos alunos que lhe chegam às mãos, coordena, juntamente com os outros professores da turma, a elaboração e a execução do Projeto Curricular de Turma e acolhe nesse mesmo projeto as expectativas dos EEs e dos alunos da turma, informa e responsabiliza os alunos e os EEs pelo cumprimento do regulamento interno da escola, dá a conhecer aos alunos as informações que são encaminhadas pela direção, acompanha os alunos nas atividades realizadas fora da escola, coordena todas as reuniões de conselho da sua direção de turma, encaminha toda a documentação necessária de preenchimento por parte do aluno e/ou do seu EE e recebe os documentos devolvidos após preenchimento, controla as faltas e respetivas justificações, bem como o seu excesso de acordo com a legislação em vigor, sensibiliza os alunos para a necessidade de estudo e preparação para os exames e a vida futura e contacta os EEs no horário de atendimento, por telefone, e-mail ou noutra horário especial quando este se torna necessário para a permanência e o sucesso do aluno na escola.

É nosso pensamento que o papel ainda será mais importante agora que com a mudança de governo e com um novo Ministro da Educação que tanto valoriza o rigor e elogia e recomenda os exames como balizadores do saber científico adquirido, depois de alguns anos de provas de aferição no ensino básico (1º e 2º ciclos) e de tantos anos a assistirmos alunos a concluírem

ciclos unificados sem terem obtido uma única avaliação positiva em algumas disciplinas por poderem passar com níveis negativos a duas ou três disciplinas, segundo a legislação em vigor.

Considerando a atual posição do ministério para rever situações menos claras e adequadas, pensa-se estar na hora de revermos a idade de ingresso no 1º ciclo alterando-a para um ano mais tarde, ou alterando a permanência dos alunos no pré-escolar passando este de um para dois anos obrigatórios, pois é para isto que apontam muitos dos estudos atuais, nos quais muitos ainda vão mais longe quando dizem que as turmas deveriam ser só masculinas ou só femininas, pelo menos nos primeiros anos, pois os rapazes aprendem num ritmo diferente do das raparigas e, assim tendem a “apoiarem-se” nelas para realizarem os trabalhos mais exigentes. No que diz respeito aos exames de fim de ciclo, pensa-se que estes são importantes e pertinentes, pois são balizadores da própria aprendizagem e do desenvolvimento das competências e como tal devem contar para o nível final das disciplinas em que se realizam, porém se em alguns casos estes forem distribuídos pelo desenrolar do ciclo, a sua avaliação deve igualmente contar para o nível final atribuído na disciplina naquele ano. De igual modo, deve deixar de ser possível um aluno concluir um ciclo de ensino sem uma única avaliação final em qualquer das disciplinas, porque isto pode levar a que o aluno passe o seu tempo total de ensino obrigatório sem realizar quaisquer aprendizagens numa ou noutra disciplina, restringindo as opções vocacionais do aluno e frustrando a realização dos seus sonhos profissionais.

Por tudo o que foi referido anteriormente, pensa-se que o DT é figura fundamental a manter na organização escolar e que a comunicação individual deste com os alunos e com os EEs deve ser, se não aumentada, pelo menos mantida como está, pois muitas vezes, em grupo, estes teimam em não querer entender e ceder ao que deles é esperado e ao que lhes é pedido ao longo da escolaridade, esclarecendo e garantindo o apoio dos EEs no caminho a percorrer para o sucesso dos seus filhos/educandos.

Nesta altura de tão graves problemas sociais e financeiros, em que a escola também está a sofrer com as contingências impostas, o papel do DT é ainda mais importante, pois caberá a ele acautelar o flagelo do abandono escolar e do trabalho infantil, uma vez não nos podemos esquecer que aqueles que enriquecem em tempos de crise económica o fazem muitas vezes à conta daqueles que são económica e socialmente oprimidos, pois “São muitas vezes coisas insignificantes que causam a nossa perda definitiva e irremediável.” (Ivan Turguêniev,- escritor russo do século XIX).

Bibliografia

- CANÁRIO, R. (2005). *O que é a Escola? – Um “olhar” sociológico*. Porto: Porto Ed.
- DAMÁSIO, A. (2000). *O sentimento de si – o corpo, a emoção e a neurobiologia da consciência*. (8ª ed.). Lisboa: Publicações Europa América.
- ESTRELA, A. (2003), *Estórias com Pedagogia Dentro*, Porto: Porto Editora.
- FAVINHA, M. (2006). *A Direcção de Turma e a Mediação: A Coordenação da Gestão Curricular nos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico*. Tese de doutoramento. Universidade de Évora, Departamento de Pedagogia e Educação.
- GRÁCIO, R. (1981). *Perspectivas Futuras*. In M. Silva & Mª Tamen (coord.). *Sistema De Ensino em Portugal*. Lisboa: F.C.G.
- MARQUES, R. (1991a). *O Director de Turma O Orientador de Turma – estratégias e actividades* (2ª ed.). Lisboa: Texto Editora, Lda.
- PACHECO, J.A. (1995). *O pensamento e a acção do professor*. Porto: Porto Editora.
- SOUSA, M.H. (2009). *O Director de Turma como mediador entre o Conselho de Turma, os Alunos, e os Encarregados de Educação: contributos para a avaliação da Direcção de Turma*. Tese de mestrado. Universidade de Évora, Departamento de Pedagogia e Educação.
- ZENHAS, A. (2006). *O Papel do Director de Turma na Colaboração Escola - Família*. Porto: Porto Editora, Lda.